



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

Crítérios de competência - Parte 1

Prof(a). Bethania Senra

Crêterios de competência:

1. Cr terio objetivo: É adotado quando a competência for determinada pelo valor atribuído à causa ou pela matéria que será discutida no processo.
 - Em razão do valor da causa: a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econ mico imediato (art. 258, CPC) e, com base nele, as normas de organiza o judiciária podem atribuir competência a um ou outro órgão judicante.

- As causas atribuídas à competência do Juizado Especial Cível, de acordo com a Lei 9.099/95, sujeitam-se, dentre outros, ao critério do valor de até 40 salários mínimos (art. 3 , inciso I).
- Em razão da matéria (art. 91, CPC): o direito material controvertido pode servir, inicialmente, para determinar a competência civil na esfera constitucional, atribuindo   causa ou   Justiça Federal ou   Justiça Estadual. Mas, dentro do foro, é ainda possível a subdivisão do mesmo entre varas especializadas (varas de família, de falência etc).

2. Cr terio funcional (art. 93, CPC): É a reparti o das atividades jurisdicionais entre os diversos  rgoos que devam atuar dentro de um mesmo processo.

Classifica-se em:

a) fases do procedimento: ocorre, por exemplo, quando a execu o corre numa comarca, mas incide sobre bens situados em outra. Neste caso, a competência para os atos de penhora, avalia o e pracemento será deslocado para o juízo da situa o dos bens (art. 658).

- b) grau de jurisdição: ocorre nos casos de competência originária dos Tribunais para algumas espécies de causa, como a ação rescisória, bem como a competência recursal (competência hierárquica).
- c) objeto do juízo: ocorre, por exemplo, no julgamento dos Tribunais, quando é suscitada questão de inconstitucionalidade, havendo, neste caso, duas decisões por órgãos distintos: a Câmara decide o recurso e o Pleno decide o incidente.

3. Cr terio territorial:   atribuída aos diversos órgãos jurisdicionais levando em conta a divisão do território nacional em circunscric es judiciárias.
- Foro comum ou geral: É o do domicílio do réu (art. 94), regra que se aplica, inclusive, às pessoas jurídicas (arts. 99 e 100, IV). Se o réu possuir mais de um domicílio, poderá ser demandado em qualquer um deles (art. 94,  1 ). Se incerto ou desconhecido o domicílio do réu, a competência será deslocada ou para o local onde for encontrado (art. 73, CC) ou para o foro do domicílio do autor (art. 94,  2 ).

- Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a a o será proposta no foro do domicílio do autor. Se este também residir fora do Brasil, a a o será proposta em qualquer foro (art. 94,  3 ). Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles,   escolha do autor (art. 94,  4 ).

- Foros especiais:
 - a) A o es reais imobiliárias:   competente o foro da situa o da coisa nas a o es fundadas em direito real imobiliário. Não basta que a a o seja apenas sobre imóvel (como a do despejo, por exemplo).